

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO S/A - IMESP

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em conformidade com o art. 8º, inciso I, III e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2018, aprovada em Reunião Ordinária do Conselho de Administração, conforme determina os incisos VII e X do artigo 14 do Estatuto Social.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ 48.066.047/0001-84. NIRE 35300054636

Sede: São Paulo - SP

Tipo de estatal: empresa pública

Acionista controlador: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Tipo societário: sociedade anônima

Tipo de capital: fechado

Setor de atuação: indústria gráfica e serviços

Conselheiros de Administração

Marcio Luiz Bernardes Calves – Presidente

Alexandre Navarro Garcia – Membro independente

Jorge Águedo de Jesus Peres de Oliveira Filho

José Alberto Moraes Alves Blandy

José Marcos Longhini – Membro independente

Marcelo Diniz de Paula Rocha – Membro independente

Marco Antonio Assalve

Rosana Uliano Guimarães – Membro representante dos empregados

Diretoria Colegiada

Jorge Águedo de Jesus Peres de Oliveira Filho - Diretor-Presidente

João Baptista de Oliveira - Diretor Vice-Presidente

Richard Vainberg - Diretor Administrativo e Financeiro

Ivail José de Andrade - Diretor Industrial

Eduardo Yoshio Yokoyama - Diretor Gestão de Negócios

Auditores Independentes

CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE - EPP

CNPJ: 07.757.896/0001-05

Endereço: Rua Serra de Bocaina, nº 454 - Salas 03 e 04 - Quarta Parada

CEP 03174-000 - São Paulo/SP Telefone: (11) 3258-6011

POLÍTICAS PÚBLICAS

Em conformidade com Lei Federal 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, foi elaborada a presente Carta Anual, subscrita pelos membros do Conselho e Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP.

1 – Interesse público subjacente às atividades empresariais:

Em 28 de abril de 1891, o então governador do estado de São Paulo, Américo Brasiliense de Almeida Melo, por meio do Decreto 162 criou o jornal intitulado como o “Diário Oficial do Estado” com a finalidade de conter a publicação de atos e expediente do governo paulista e de suas repartições. Com a finalidade de imprimir o referido jornal, criou-se então a “Typographia do Estado de São Paulo” de propriedade do estado.

Em 1966, o então governador Laudo Natel, editou a Lei nº 9559 que transformou a Imprensa Oficial do Estado em autarquia e fixou ainda como de sua competência além da publicação do Diário Oficial do Estado, a execução de impressos oficiais, a impressão de livros, coleção de leis e decretos e outros folhetos e revistas de interesse público.

Mais adiante, em 31/05/1974 o governador Laudo Natel editou a Lei nº 228 que transformou a entidade autárquica Imprensa Oficial em sociedade por ações e definiu a sua razão social como Imprensa Oficial do Estado S/A – IMESP. No artigo 2º da referida lei, foram ratificados os objetivos de existência da empresa, quais sejam a publicação do Diário Oficial para tornar acessível à sociedade as atividades desenvolvidas pelo governo paulista, bem como amparar a aquisição por meio da impressão de impressos oficiais e outras obras de interesse público. Também ficou determinado nesse artigo, que a IMESP seria responsável por publicar matérias de particulares cuja a divulgação seja obrigatória por lei, materializado hoje pelo Diário Oficial Caderno Empresarial.

Nesse diapasão e pela evolução histórica desde a sua criação até a existência atual da Imprensa Oficial, nítida está a essência do interesse público na materialização de um direito constitucionalmente consagrado que é o da publicidade dos atos administrativos do Estado. O serviço público deve possuir como pilar do desenvolvimento de suas atividades, a supremacia do interesse público, com ênfase ao atendimento das necessidades coletivas essenciais.

O advento do Diário Oficial do Estado de São Paulo permitiu à sociedade paulista a possibilidade de observar como o governo vem conduzindo a sua administração, garantindo a cada cidadão, o controle dos atos administrativos e a eficiência do uso e destinação dos recursos públicos, trazendo à tona o conceito de administração transparente, o que impede a ocorrência de ocultação de eventuais desvios e irregularidades. O fortalecimento da cidadania com o controle social proporcionado pelo Diário Oficial do Estado é uma das razões de existir da Imprensa Oficial.

Além de trazer à tona os atos do governo por meio da divulgação de cadernos do Diário Oficial do Estado, a Imprensa Oficial também publica fatos relevantes de empresas privadas, cujos interesses da sociedade e de investidores estejam em foco. Socialmente falando, essa transparência também é necessária para que a economia e concorrência caminhem de forma saudável, justa e confiável. Ou seja, ao tornar público tanto os atos do governo, como fatos financeiros e de administração de empresas particulares, o interesse coletivo de uma sociedade e ainda, de determinados grupos dessa sociedade, fica assegurado.

A Imprensa Oficial vem há 127 anos garantindo o exercício pleno desses direitos. Sua missão é de “garantir à sociedade o acesso democrático às informações de interesse público - setor público e privado - e dar publicidade aos atos dos três poderes, dando transparência à administração pública e assegurando a perenidade e autenticidade dos dados publicados. Viabilizar ações estratégicas de governo e iniciativas culturais”.

Todo o acervo do Diário Oficial, desde sua primeira edição de 1º de maio de 1891, está disponível na internet gratuitamente, através do site da Imprensa Oficial. www.imprensaoficial.com.br.

Por meio do Decreto Estadual nº 46.064 de 28/08/2001, o governo do estado fortaleceu a função da empresa como gráfica oficial do estado de São Paulo, tornando-a órgão preferencial para as contratações de impressão de formulários padronizados e edições técnicas de uso da administração pública estadual.

Em 27 de setembro de 2003, a Lei nº 11.455/2003 ampliou os limites de atuação da Imprensa Oficial, que passou a atuar também como editora e agência de notícias, assumindo, ainda, a responsabilidade conferida pelo governo do Estado de ser Autoridade Certificadora Digital.

O compromisso da empresa, a partir desse marco legal, passou a significar uma forte contribuição para a preservação da memória histórica e cultural da sociedade, desenvolvendo títulos cujo o interesse público e educacional sejam o objetivo principal, como marcas de conteúdo editorial. Além disso, tão relevantes obras literárias contam com a excelência gráfica configurando quase que uma assinatura da empresa, no sentido de consolidar sua presença no mercado editorial.

Por intermédio do Decreto Estadual nº 48.599, de 12 de abril de 2004, restou estabelecida a instituição e operacionalização da certificação digital, no âmbito da Administração do Estado de São Paulo. Assumindo tal papel, a IMESP vem trabalhando e desenvolvendo projetos no sentido de obter e disponibilizar melhores condições técnicas, para que a utilização do certificado digital possa ser realizada cada vez mais com plena e total confiabilidade e segurança.

Desde 2013, atendendo diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, a gráfica da Imprensa Oficial passou a produzir e distribuir os cadernos didáticos fornecidos pela Secretaria de Educação do Estado para a rede estadual de ensino.

2 – Políticas Públicas

Quando o poder público escolhe desenvolver práticas que influenciam diretamente a vida de cidadãos, garantindo-lhes direitos essenciais, podemos afirmar que temos presentes políticas públicas.

O governo de São Paulo, por meio da Imprensa Oficial, garante há 127 anos que o cidadão acompanhe como as ações governamentais se desenvolvem e são administradas.

Alinhada aos seus objetivos sociais, a Imprensa Oficial, além de publicar os cadernos do Diário Oficial do Estado, mantém produtos gratuitos que facilitam o acesso do cidadão a publicações de seu interesse, de forma confiável e em um só lugar.

Também, trilhando esse mesmo caminho, a Imprensa Oficial torna perene essas publicações, guardando e conservando milhões de páginas em um único lugar.

- **io | e-negóciospúblicos** – reúne em uma só página *web* a divulgação das licitações, dispensas, inexigibilidades, editais e minutas de contratos referentes a todos os negócios públicos do estado de São Paulo;
- **io | DO. busca** - coloca à disposição da população milhões de páginas do Diário Oficial, fornecendo acesso às informações dos cadernos como Executivo, Legislativo, Judiciário, da Junta Comercial e outros - publicados desde a primeira edição do Diário Oficial, em 1891, que estão disponíveis na Internet. E, todos os dias novas páginas são incluídas enriquecendo ainda mais o acervo digital do Diário Oficial.
- **io | e-juntacomercial / jucesponline** - a Imprensa Oficial, em parceria com a Junta Comercial do Estado de São Paulo, desenvolveu um serviço eletrônico que disponibiliza, via internet, o acesso gratuito a documentos e informações cadastrais de empresas registradas na Jucesp. A exceção fica para aqueles documentos que ainda demandem análise e intervenção interna dos servidores e funcionários da Junta Comercial.
- **io | editora** - a Imprensa Oficial possui autonomia para editar seus próprios livros, revistas e outras publicações de interesse público e que preservem a história e a cultura.

No compromisso com a difusão cultural, a Imprensa Oficial por meio de sua editora, edita e coedita obras literárias de qualidade, marcando presença no mercado editorial brasileiro. São selos próprios e coedições minuciosamente selecionadas visando contribuir para o pleno direito de acesso à cultura.

- **io | serviços gráficos** – Reconhecida por sua excelência gráfica, a Imprensa Oficial desde 2013, vem imprimindo e distribuindo para a Secretaria de Estado da Educação, o material didático fornecido gratuitamente a alunos e professores da rede estadual de ensino. Aproximadamente 231,3 milhões de cartilhas distribuídas em todo o estado de São Paulo desde 2013.

Além disso, a Imprensa Oficial por meio de sua gráfica, vem cumprindo mais uma disposição constitucional¹ de grande relevância social e de cidadania, porque fornece gratuitamente, a qualquer cidadão brasileiro, um exemplar da Constituição Federal e Estadual de São Paulo, mediante solicitação.

- **io | certificação digital** – Ainda, por meio da certificação digital, a Imprensa Oficial vem conferindo segurança aos documentos eletrônicos emitidos virtualmente, evitando gastos com papel a qualquer interessado. São soluções de segurança que trazem autenticidade e confiabilidade a processos que podem ser simplificados com o uso de novas e sofisticadas tecnologias.

¹ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Art. 64. A Imprensa Nacional e demais gráficas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, promoverão edição popular do texto integral da Constituição, que será posta à disposição das escolas e dos cartórios, dos sindicatos, dos quartéis, das igrejas e de outras instituições representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que cada cidadão brasileiro possa receber do Estado um exemplar da Constituição do Brasil.

3 – Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

As metas que se relacionam diretamente com os objetivos sociais da Imprensa Oficial e a essência de suas políticas públicas, principal razão de sua existência, estão atualmente atreladas da seguinte forma:

- Índice de Reclamação de Clientes – essa meta se refere a uma ferramenta importante para aferir a percepção de nossos clientes sobre a eficiência das nossas atividades rumo ao cumprimento eficaz dos nossos objetivos.
- Certificados Digitais emitidos: Governo – essa meta indica a performance da empresa em certificação digital envolvendo projetos governamentais.
- Eficácia no processo produtivo da gráfica – essa meta prima pela potencialização da produtividade gráfica da empresa com objetivo de atender os clientes com menor prazo e custo competitivo.
- Entregas no prazo – trata-se do cumprimento fiel do prazo de entregas para serviços gráficos, o que significa dizer que diretamente o governo e indiretamente a população são afetados por esse índice, pois os impressos oficiais e outros são usados para prestação de serviços à sociedade em geral.

Os indicadores de desempenho são utilizados como ferramentas para gestão adequada de recursos e para fins de pagamento de Participação nos Lucros e Resultados da empresa, conforme abaixo:

Metas PLR 2018			
	Meta 2018	Linha de base	Peso PLR
Indicador Financeiro - 15%			
1 - Margem Ebitda (%)	32,5%	30,3%	15%
Indicador Satisfação de Clientes - 15%			
2 - Índice de Reclamação de Clientes (%)	4,03%	4,48%	15%
Indicadores Planejamento Estratégico - 50%			
3 - Páginas Digitalizadas (unidades)	5.500.000	5.000.000	10%
4 - Assina.SP (contratos assinados)	8	6	10%
5 - Certificados Digitais Emitidos - Governo (unidades)	33.250	29.925	10%
6 - Certificados Digitais Emitidos - Varejo (unidades)	69.000	62.100	10%
7 - Economia de Água (m ³ / mes)	924	1.020	10%
Indicadores de processo - 20%			
8 - Eficácia no Processo Produtivo da Gráfica (%)	>=100%	>=98%	10%
		Papel	4,00%
		Chapa	0,50%
		Tinta	0,50%
		H.Impressão	2,50%
		H.Acabamento	2,50%
9 - Entregas no Prazo (%)	99,00%	92,00%	10%
	Total Geral		100%

* Meta 7 Economia de Água - Peso PLR Acumulativo

Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PLR 2018

4 – Recursos para custeio das políticas públicas

Para a execução das políticas públicas citadas no item 2, a Imprensa Oficial utiliza-se de recursos próprios gerados com a venda de seus produtos.

- Produtos do Jornal
 - Diário Oficial Executivo
 - Diário Oficial Empresarial
 - Diário Oficial Cidade de São Paulo
 - Justiça do Trabalho
 - Reprografia
 - Serviços Eletrônicos
- Produtos Gráficos
 - Serviços Gráficos
- Editora
 - Livros e Coedições
- Produtos de Tecnologia
 - Certificação Digital
 - Gerenciamento Eletrônico de Documentos
 - Soluções de Hospedagem e Consultoria

5 – Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas

Ao término do exercício de 2017 o valor de investimentos da Execução Orçamentária foi de R\$ 6.170 mil, correspondente ao desembolso pelas aquisições de equipamentos gráficos, veículos industriais, equipamentos, softwares e sistemas de tecnologia da informação, assim como pela aquisição de bens e serviços com instalações, móveis e utensílios, e adequações e reformas das edificações da IMESP.

Os investimentos estão atrelados às Ações previstas no Programa de Governo 2827 – Modernização da Imprensa Oficial, cuja meta para 2017 era a de aumentar em 32,54% a capacidade produtiva da Imprensa Oficial, com incremento diário de 200 mil giros de máquina da impressão gráfica.

O planejamento de incremento diário de 200 mil giros de máquina para 2017 previa a aquisição de um conjunto de câmeras de registro de cores e um Stacker de Barras para a impressora rotativa Urbanite. Entretanto, em razão da descontinuidade da impressão do jornal Diário Oficial, ocorrida em junho/2017, não foi realizada a aquisição e foram feitos novos estudos para o cenário. Foi decidido criar mais um turno de trabalho e adquirir somente o conjunto de câmeras de registro de cores, o qual foi entregue em dezembro/2017. O incremento de 400 mil giros de impressão se dará em 2018.

O quadro a seguir apresenta a evolução das Metas das Ações em 2017:

Sistema de Monitoramento do PPA - Evolução das Metas das Ações em 2017	Meta	Realizado	Resultado
Ação 1561 – Modernização do Parque Gráfico (unidade: número de recursos adquiridos)	19	129	678,9%
Ação 2214 – Ampliação, reestruturação e manutenção do espaço físico da Imprensa Oficial (unidade m ²)	173.930	366.554	210,8%

Ação 1561 – Modernização do Parque Gráfico

A Imprensa Oficial estruturou seu PPA 2016-2019 em 2015, com base nos Serviços Gráficos, um dos principais serviços da empresa. Porém, a IMESP possui outros produtos e serviços, como por exemplo, Diário Oficial Eletrônico, com média de 351 mil pesquisas diárias no site do Diário Oficial. Também é a Autoridade Certificadora do Estado, tendo emitido no exercício de 2017 mais de 103 mil certificados digitais, além de serviços de gerenciamento eletrônico de documentos, hospedagem de sites, etc. Serviços esses que requerem investimentos em tecnologia. Tendo em vista que no PPA devem ser lançados todos os investimentos realizados na empresa, ultrapassamos a previsão inicial onde somente estavam previstos os investimentos do Parque Gráfico.

Ação 2214 – Ampliação e Manutenção do Parque Gráfico.

Encontrava-se em andamento a Implantação do Projeto Executivo do Novo Sistema de Combate a Incêndio, exigência do Corpo de Bombeiros. Houve também realização de obra para a substituição e recuperação geral de calhas e rufos em toda a empresa, reforma do Arquivo Geral, prevista inicialmente para ocorrer em 2018, obra de climatização no setor de Impressões Digitais, impermeabilização do telhado da Quadra Poliesportiva. Pintura geral das fachadas, limpeza geral e higienização de rede de dutos e de exaustão. Além dos serviços de manutenção corretiva que também se enquadram nos lançamentos desta ação, os quais evoluem de acordo com as necessidades da empresa.

6 – Comentários dos Administradores

A IMESP tem atendido aos interesses da administração pública do Estado de São Paulo, que é de dar publicidade aos atos dos três poderes com transparência, assegurando a perenidade, autenticidade e segurança da informação.

É importante destacar que a empresa viabiliza ações estratégicas de governo através de ações culturais, por meio de publicações e divulgações de informações de Estado, além de oferecer soluções que propiciam a desburocratização e desmaterialização de processos em toda a administração pública, propiciando a economicidade e substituição do uso do papel em muitas repartições públicas por meio da implantação do uso da Certificação Digital.

O grande potencial gráfico, operacional e logístico da Imprensa Oficial permite que ela possa contribuir cada vez mais com as Políticas Públicas de diversas áreas do Estado de São Paulo. No ano de 2017, a empresa foi responsável pela produção e entrega de aproximadamente 65 milhões de apostilas do Programa São Paulo Faz Escola – SPFE da Secretaria do Estado da Educação – SEE, distribuídas em 5 mil escolas em todo Estado.

Pesquisa realizada para medir a satisfação das escolas em relação ao material recebido, serviço e prazo de entrega atingiu 99,8% de satisfação, revelando excelência dos serviços prestados pela Imprensa nesta área de atuação. Isso comprova que a parceria com a SEE nos últimos anos se solidificou.

7 – Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos

Na estrutura organizacional da Imprensa Oficial, o controle interno e a gestão de risco são realizados pelo Departamento de Compliance, unidade vinculada diretamente à Presidência.

A fim de criar instâncias e procedimentos relacionados ao controle interno, a Imprensa Oficial aprovou seu Programa de Integridade na 262ª Reunião do Conselho de Administração por intermédio da Norma de Gestão Administrativa NGA 006 – Programa de Integridade.

Por meio do Programa de Integridade, ficou regulamentada a aplicação do Código de Conduta e Integridade, procedimentos e penalidades em caso de sua violação, estrutura e funcionamento do Canal de Denúncias, atribuições do Comitê de Ética e a previsão de regras de conformidade para prevenção de irregularidades, atos ilícitos e fraudes.

Também foi ratificado no Programa de Integridade da Imprensa Oficial o uso da Norma NGQ 010 – Gestão de Riscos com o objetivo de nortear a metodologia para o levantamento e tratamento de todos os riscos corporativos da empresa, além dos já apontados para a Certificação ISO 9001:2015.

8 – Fatores de risco

A Imprensa Oficial foi criada essencialmente para garantir ao cidadão o pleno exercício do controle dos atos administrativos emanados do governo estadual, bem como a divulgação de dados e fatos relevantes de empresas privadas.

As publicações dos atos societários das empresas que se enquadram como obrigatórias pela lei, permitem à sociedade ter conhecimento de sua saúde financeira e de como são conduzidas as suas contas, garantindo confiabilidade dos dados econômicos, evitando fraudes e trazendo mais segurança ao mercado financeiro. Uma economia saudável e confiável aumenta o aporte de investimentos, o que impacta diretamente no desenvolvimento da sociedade como um todo.

No que se refere à Imprensa Oficial, possíveis alterações legais, decisões orçamentárias e mudanças nos cenários político e econômico são fatores de risco que podem acarretar no fim da obrigatoriedade dessas publicações no Diário Oficial ameaçando o direito fundamental à transparência.

9 – Remuneração

O Programa de Participação nos Lucros e Resultados foi regulamentado no âmbito das empresas controladas pelo Estado em São Paulo por meio do Decreto Estadual nº 59.598 de 16/10/2013. Além de ser um direito constitucionalmente previsto, a participação nos lucros e resultados em empresas controladas pelo Estado, assegura a aplicação de indicadores e de metas como efetivo instrumento de incentivo à produtividade e eficiência dos empregados e melhoria dos níveis de qualidade do serviço prestado ao cidadão.

Na Imprensa Oficial, o Programa é estabelecido anualmente entre a Diretoria da Imprensa Oficial e a Comissão da Qualidade da empresa, formada por empregados eleitos e indicados de forma paritária, e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração.

A Diretoria da Imprensa Oficial, o Comitê de Gerentes e a Comissão da Qualidade fazem o acompanhamento mensal do andamento do Programa de Participação nos Lucros e Resultados para monitorar os trabalhos e divulgá-los a todos os empregados da empresa.

O estabelecimento das metas e seus indicadores seguem as diretrizes do Decreto Estadual, e, conforme descrito no item 3 desta carta, parte delas também está diretamente atrelada às políticas públicas da empresa e afeta a remuneração variável recebida por empregados da empresa anualmente.

Quanto aos membros da diretoria colegiada, é previsto o pagamento de prêmio eventual anual limitado a 6 vezes a remuneração mensal ou a 10% do montante do total distribuído a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio pago pela empresa, não fazendo jus dessa forma à Participação nos Lucros e Resultados, seguindo as diretrizes emitidas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em conformidade com Lei Federal 13.303/16, em seu art. 8º, incisos III e VIII, foi elaborada a presente Carta Anual de Governança Corporativa, a qual consolida informações relevantes da Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP.

1 – Atividades desenvolvidas

A Imprensa Oficial oferece produtos e serviços pensados para facilitar a vida dos cidadãos, das empresas e do próprio funcionamento do Estado.

Produtos e serviços comercializados:

io | boletim DO.informa – é um serviço que fornece boletins de pesquisas personalizadas no Diário Oficial utilizando palavras-chaves de acordo com o interesse e necessidade do cliente. O serviço é cobrado por assinatura, calculado em função da quantidade de palavras-chave selecionadas na sua configuração.

io | livreria - loja física e virtual da Imprensa Oficial que possui em seu catálogo lançamentos e livros dos mais variados temas, editados e coeditados pela empresa.

io | serviços gráficos - A Imprensa Oficial oferece ao poder público municipal, estadual e federal e instituições de interesse público, como fundações e organizações não-governamentais (ONGs) a possibilidade de aquisição de serviços gráficos como livros, revistas, *folder*, cartazes, etc.

io | Certificado Digital

É um documento eletrônico, emitido pela Autoridade Certificadora, que identifica uma pessoa, uma empresa, um site ou um servidor. Funciona como uma carteira de identidade virtual, permitindo que qualquer operação realizada via internet seja completamente segura, podendo ser emitido em um cartão inteligente, um *token* ou ainda em um computador. Por meio dele, é possível a realização de transações eletrônicas de qualquer lugar do mundo com segurança, agilidade e validade jurídica no Brasil.

Tipos de certificados emitidos e comercializados pela Imprensa Oficial:

- **e-CPF** - É o certificado digital para a pessoa física, permitindo a realização das operações pela internet com validade jurídica;
- **e-CNPJ** - Certificado digital para a empresa, versão eletrônica do CNPJ. Garante a autenticidade e a integridade nas operações eletrônicas de pessoas jurídicas;
- **SSL e-Servidor** - O e-Servidor é o certificado SSL para servidores ou sites web, que garante autenticidade, privacidade e integridade dos mesmos;
- **SSL e-Aplicação** - O e-Aplicação é o certificado SSL para aplicações web, que garante autenticidade, privacidade e integridade das mesmas.

Outros serviços atrelados à segurança digital comercializados para entidades governamentais ou de interesse público:

io | assina.sp - O Portal de Assinaturas Imprensa Oficial é uma plataforma de serviços que permite a assinatura de documentos eletrônicos, via web. A assinatura eletrônica substitui a assinatura manuscrita e tem a mesma validade jurídica, pois utiliza os Certificados Digitais Imprensa Oficial (ICP-Brasil). É possível assinar desde documentos pessoais, como diplomas, contratos de aluguel, até documentos de sua empresa, como procurações, atas de reuniões, etc.

io | carimbo de tempo - O carimbo de tempo, também conhecido como *timestamp*, é uma assinatura eletrônica emitida por uma parte confiável, a Autoridade Certificadora do Tempo - ACT, que serve como evidência de que uma informação digital existia numa determinada data e hora no passado. O carimbo de tempo destina-se a associar a um determinado *hash* de um documento assinado eletronicamente ou não, a uma determinada hora e data de existência.

io | atributo - É o certificado que traz informações sobre o seu titular, como cargo, função, profissão, etc. Destina-se à identificação de funcionários dentro de uma empresa, por exemplo, evitando que determinados usuários assinem documentos ou acessem informações que não lhes dizem respeito, tornando assim, ainda mais segura a aplicação do certificado digital.

io | mpki - O Gerenciamento de Infraestrutura de Chaves Públicas ou *Managed Public Key Full* (MPKI Full) é uma ferramenta que permite a administração simples e centralizada de todos os certificados digitais de uma organização.

io | Publicações

Trata-se do serviço de publicação de matérias relacionadas ao dever legal de divulgação de informações por empresas particulares ou públicas dentro do estado de São Paulo e que devam ser divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

O Diário Oficial tem a responsabilidade de tornar público os atos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, levando ao conhecimento de todos os atos:

- da administração, para que o cidadão, investido de seu direito de cidadania, possa avaliar o trabalho do administrador público.
- publicações ordenadas no novo Código Civil, instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, publicações determinadas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações;
- publicações determinadas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que instituiu normas para licitações e contratos da Administração;
- publicação de matérias legais nos cadernos do Diário Oficial;

Essas publicações incluem todos os cidadãos e empresas em todas suas modalidades societárias: limitada, sociedades de economia mista; empresas públicas; sociedade anônima; bem como, associações, fundações e sindicatos.

RECEITA LÍQUIDA / RECEITA LÍQUIDA TOTAL – acumulada até NOVEMBRO/18

Produto	Receita Líquida	%
Jornal	R\$ 214.670.917,59	72,8%
Gráficos	R\$ 66.880.308,30	22,7%
Editoriais	R\$ 315.901,47	0,1%
Tecnologia	R\$ 13.056.910,36	4,4%
Total	R\$ 294.924.037,72	100,0%

RESULTADO BRUTO / RESULTADO BRUTO TOTAL – acumulado até NOVEMBRO/18

Produto	Resultado Bruto	%
Jornal	R\$ 196.903.094,85	126,1%
Gráficos	-R\$ 39.912.142,36	-25,6%
Editoriais	-R\$ 67.703,13	0,0%
Tecnologia	-R\$ 773.428,73	-0,5%
Total	R\$ 156.149.820,63	100,0%

2 – Estruturas de controles internos e gerenciamento de risco**2.1. Estruturas de Controles Internos sobre Demonstrações Financeiras**

A Imprensa Oficial tem uma estrutura de controles internos organizada a fim de tornar as demonstrações financeiras confiáveis. Esta estrutura é responsável por dar transparência e ciência à Diretoria e ao Conselho de Administração de toda e qualquer irregularidade ou imperfeição identificada em tempo de corrigi-las, garantindo a segurança de todo o processo.

Esta estrutura de controle é composta por:

Auditoria Interna: Aferir adequação dos controles internos e a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, dando confiabilidade ao processo de preparo e divulgação das demonstrações financeiras.

Auditoria Independente: Responsável pela elaboração de parecer sobre as demonstrações contábeis da instituição, realizando auditorias trimestrais de acompanhamento.

Compliance: Área de Conformidade que atua no Controle Interno das informações com o objetivo de avaliar o cumprimento das metas previstas nos planos, projetos e orçamentos, comprovando a legalidade e avaliando os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentaria, financeira e patrimonial.

Comitê de Auditoria: Tem a responsabilidade de analisar as demonstrações financeiras e garantir que a Diretoria desenvolva controles internos efetivos, além de garantir que a auditoria interna e os auditores desempenhem rigorosamente suas atribuições.

Nas demonstrações financeiras do último exercício não foram apontadas deficiências significativas nos controles internos por parte da Auditoria Independente que tenham

necessitado de ações de correção por parte da Diretoria ou do Conselho de Administração, nem tampouco houve variação significativa de algum risco anteriormente mapeado pela empresa.

2.2. Gestão de Riscos

Na Imprensa Oficial a gestão de riscos operacionais corporativos está sendo monitorada pela área de Compliance, departamento vinculado à Presidência, conforme determina a legislação.

No que concerne a gestão dos riscos, há uma norma interna que determina a metodologia de atividades necessárias que comporão o tratamento e acompanhamento da prevenção de eventos que possam prejudicar as atividades.

As áreas envolvidas identificaram os riscos e oportunidades relativas às suas rotinas de trabalho e conduzem a prevenção de forma monitorada atrelada aos processos produtivos. São utilizados modelos padronizados para acompanhamento dessas atividades com a coordenação da área de Compliance.

A gestão de riscos também é um fator que acompanha a Gestão da Qualidade ISO 9001:2015 da qual a empresa é certificada nos escopos gráfica e certificação digital.

3 – Fatores de risco

Os principais riscos estratégicos da empresa foram mapeados durante a análise SWOT realizada durante o processo de Planejamento Estratégico, e permitiu identificar os principais riscos da empresa a partir da avaliação, tanto do ambiente interno, quanto externo.

Para a análise do ambiente interno considerou-se o ambiente setorial no qual a empresa está inserida e para a análise do ambiente externo foram avaliados os cenários legal, político e econômico e também o comportamento dos clientes, da sociedade, dos parceiros e das empresas concorrentes.

Assim, ao estabelecer os objetivos e elencar iniciativas para minimizar as ameaças e fraquezas e explorar as oportunidades e forças, a Diretoria Colegiada apontou qual o tratamento considerou o mais adequado para cada um dos itens levantados no diagnóstico.

A exposição a incertezas é um fato comum no exercício das funções empresariais e que pode ser adequadamente trabalhada, a fim de evitar surpresas e perdas. Com antecipação adequada, a mitigação a possíveis impactos negativos pode reduzir ou ainda impedir a elevação de custos operacionais. O alinhamento das metas, planos e estratégias à forma assertiva na condução dessas incertezas, garantirá à Imprensa Oficial fortalecer-se no cumprimento de seus objetivos, missão e valores, pauta principal no contexto da gestão de riscos como um todo.

A gestão de riscos em uma empresa pública, além de obrigatória, pode torná-la mais competitiva no mercado e reconhecida na sociedade, permitindo também o alinhamento a padrões esperados de qualidade e gestão, com ética, controle, legalidade e transparência.

4 – Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

Além das metas das Ações previstas no Programa de Governo 2827 – Modernização da Imprensa Oficial das Ações, mencionadas anteriormente, a Diretoria também estabeleceu metas vinculadas ao Programa de Qualidade, Produtividade e Participação nos Resultados da Imprensa Oficial do Estado S/A – IMESP.

O Programa é constituído por meio do Acordo de Participação nos Resultados firmado entre a empresa e uma comissão representativa dos empregados, eleita e composta nos termos do artigo 2.º da Lei Federal n.º 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

A Imprensa Oficial e a Comissão assumiram, pelo acordo, o compromisso de prosseguirem, em parceria, o desenvolvimento do Programa de Participação nos Resultados 2017, com fundamento no Decreto n.º 59.598, de 16 de outubro de 2013.

A Participação nos Resultados está regulamentada e condicionada ao atingimento de metas pactuadas no Acordo de Participação nos Resultados. No caso de resultado parcial, o peso percentual é calculado proporcionalmente ao total real atingido durante o exercício, desde que a realização não seja inferior ao mínimo estipulado para cada meta.

Em 2017 a empresa adotou, como metodologia, os indicadores obrigatórios estabelecidos no artigo 4º do Decreto nº 59.598, de 16 de outubro de 2013, que dispõe sobre a implementação, nos termos do inciso XI do artigo 7º da Constituição Federal, e da Lei federal nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, de Programas de Participação nos Lucros ou Resultados no âmbito das empresas controladas pelo Estado e dá providências correlatas, assim como os indicadores operacionais mencionados no referido artigo.

O Decreto acima limita o montante máximo passível de distribuição em Programas de Participação nos Lucros ou Resultados ao valor de uma folha de salários nominal, assim entendida como o somatório das verbas salariais percebidas pelos empregados a título de salário-base, anuênio e gratificação de cargo ou função de caráter permanente, relativa ao mês de dezembro do ano de apuração do Programa.

O resultado final apurado foi de **85,00%** de realização das metas estabelecidas no Acordo de Participação nos Resultados para o exercício de 2017, de acordo com o quadro a seguir:

INDICADORES	METAS	Peso da Meta %	% Obtido
Financeiro	1 – Margem Ebtida	15,0	0,00
Satisfação de Clientes	2 – Índice de reclamação de Clientes	15,0	15,00
Planejamento Estratégico	3 – Páginas Digitalizadas	20,0	20,00
	4 – Certificados Digitais Emitidos - Governo	10,0	10,00
	5 – Certificados Digitais Emitidos - Varejo	10,0	10,00
	6 – Economia de Água	10,0	10,00
Indicadores de Processo	7 – Eficácia no Processo Produtivo da Gráfica	10,0	10,00
	8 – Entregas no Prazo – Industrial	10,0	10,00
TOTAL		100,0	85,00

Dessa forma, a distribuição do programa de Participação nos Lucros ou resultados em 2018 foi de R\$ 5.217 mil, equivalentes a 85,00% da folha de pagamento de 2017

O resultado foi auferido pela Auditoria Interna e foi submetido à aprovação dos órgãos diretivos da companhia, em cumprimento ao estabelecido no artigo 8.º do Decreto nº 59.598, de 16 de outubro de 2013.

A Diretoria tem direito a prêmio eventual anual limitado a 6 vezes a remuneração mensal ou a 10% do montante do total distribuído a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio pago pela empresa, prevalecendo o de menor valor, conforme detalhado no item 6 adiante.

A empresa também adota o sistema de gestão da qualidade com base na norma NBR ISO 9001:2015. Nesse particular, em 2017 foram estabelecidas metas setoriais para controle da Inadimplência, Consumo de Telefone, Horas Extras da Infraestrutura, Disponibilidade de Máquinas pela Manutenção, Perda de Chapa na CTP, Redução do Estoque de Produtos Editoriais e Perda de Papel na Produção do Jornal, além de indicadores de monitoramento de velocidade de máquinas industriais, retrabalho da Pré-Mídia, hospedagem de sites e chamados internos fechados no prazo.

As metas setoriais são acompanhadas pelos Gerentes e apresentadas na reunião de análise crítica do Sistema de Gestão da Qualidade pela Direção da empresa.

5 – Práticas e Estrutura de Governança Corporativa

Conforme artigo 6º de seu Estatuto Social, a empresa é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Colegiada.

A estrutura de Governança Corporativa da IMESP é composta de:

Assembleia Geral de Acionistas: Instância máxima de decisão, com poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da instituição e tomar decisões sobre todas as matérias de interesse da empresa. Pode ser convocada pelo presidente do Conselho de Administração ou pela maioria dos Conselheiros em exercício e deve ser presidida preferencialmente pelo do Conselho de Administração ou pelo Conselheiro de idade mais elevada. Compete a esta Assembleia eleger ou destituir os conselheiros de administração e fiscal e membros do comitê de elegibilidade e aconselhamento.

Conselho de Administração: Será composto por, no mínimo 3, e no máximo onze conselheiros, com mandato unificado de dois anos, permitida, no máximo, três reconduções consecutivas. Compete à Assembleia Geral eleger ou destituir os conselheiros de administração e designar seu presidente. Fica assegurada a participação de um representante dos empregados no Conselho de Administração, com mandato coincidente com o dos demais Conselheiros. O Diretor-Presidente integra o Conselho de Administração, porém não é permitido ocupar o cargo de presidente do conselho.

Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento: A fim de atender a Lei Federal nº 13.303/2016 o Decreto Estadual nº 62.349/2016, este comitê é composto por três membros que foram eleitos em Assembleia Geral Ordinária de acionistas de 15/08/2017. Tem o objetivo de oferecer apoio metodológico e procedimental para o Conselho de Administração avaliar o desempenho dos diretores e demais membros de comitês estatutários.

Conselho Fiscal: Instalado de forma permanente, com competências e atribuições previstas em lei, o Conselho Fiscal é composto por, no mínimo três, e no máximo cinco membros

efetivos com igual número de suplentes eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitidas duas reconduções consecutivas.

Conselho Editorial: Integrado por até sete membros, com mandato de dois anos, permitido uma recondução, com composição e atribuições definidas em Regulamento Interno elaborado pela Diretoria Colegiada e submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

Diretoria Colegiada: A Diretoria é composta por cinco membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro, um Diretor de Gestão e Negócios e um Diretor Industrial, todos com mandato unificado de dois anos, permitidas três reconduções consecutivas. Os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles designado Diretor-Presidente que integra o Conselho de Administração, enquanto permanecer no cargo de Diretor-Presidente.

Auditoria Interna: Área responsável por aferir a adequação dos controles internos, a efetividade do gerenciamento de riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras. Para cumprimento de suas atividades, a Auditoria Interna está vinculada funcionalmente ao Comitê de Auditoria e administrativamente ao Diretor-Presidente e tem acesso a todos os documentos, registros físicos e lógicos, sistemas, locais e pessoas envolvidas com as atividades sob exame.

Comitê de Auditoria: Trata-se de um órgão técnico de auxílio permanente ao Conselho de Administração. Composto por, no mínimo três e no máximo cinco membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sem mandato fixo, devendo ao menos 1 dos membros possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. O Comitê será coordenado por um Conselheiro de Administração independente.

Auditoria Externa: A Controladoria e Contabilidade – EPP atua como auditor independente da instituição desde 01/09/2017.

6 – Descrição da composição e da remuneração da administração

A forma de remuneração de membros dos órgãos estatutários da Imprensa Oficial, nos termos de seu Estatuto Social, é fixada pela Assembleia Geral e cumpre as normas para fixação de remuneração, gratificações, benefícios e vantagens de diretores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e de comitês estatutários, contidas na Deliberação CODEC nº 01 de 16/03/2018. Os membros do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento não são remunerados nem fazem jus a qualquer tipo de outra vantagem.

De acordo com a referida deliberação, a remuneração a ser paga, se efetua da seguinte forma:

Diretoria

Cada diretor da empresa tem direito à remuneração mensal à título de honorários, base 04/2018, no valor de R\$ 21.340,65; à gratificação anual no mesmo valor da remuneração, a ser paga no mês de dezembro de cada ano, mais prêmio eventual anual limitado a 6 vezes a remuneração mensal ou a 10% do montante do total distribuído a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio pago pela empresa, prevalecendo o de menor valor. Caso o diretor eleito, tenha no mínimo 3 anos de efetivo exercício na empresa, poderá optar na data de sua posse pela remuneração e benefícios do seu vínculo celetista. Nesta hipótese, não receberá

gratificação anual, fazendo jus ao 13º salário e ao prêmio eventual anual, não se aplicando o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados.

Conselho de Administração

Cada membro do Conselho de Administração tem direito, à título de remuneração mensal, a 30% do valor correspondente ao pago à título de honorários mensais para um diretor, o que hoje perfaz o valor de R\$ 6.402,19, base 04/2018 e à gratificação anual, no mesmo valor da remuneração mensal calculada "*pro rata temporis*", paga no mês de dezembro de cada ano. Ainda, caso o membro do conselho falte a duas reuniões consecutivas, ficará impedido de receber os honorários relativos ao mês em que ocorrer o acúmulo de faltas. Também fará jus ao reembolso de despesas de locomoção e estada necessária ao desempenho da função de conselheiro.

O Diretor-Presidente que é membro nato do Conselho de Administração fará jus às correspondentes remunerações, pois se referem a atribuições autônomas.

Conselho Fiscal

Cada membro do Conselho Fiscal tem direito, à título de remuneração mensal, a 20% do valor correspondente ao pago à título de honorários mensais para um diretor, o que hoje perfaz o valor de R\$ 4.268,13, base 04/2018, condicionado a pelo menos a participação em uma reunião mensal e à gratificação anual, no mesmo valor da remuneração mensal, paga no mês de dezembro de cada ano. Também fará jus ao reembolso de despesas de locomoção e estada necessária ao desempenho da função de conselheiro.

Comitê de Auditoria

Cada membro do Comitê de Auditoria tem direito à remuneração mensal à título de honorários, base 04/2018, no valor de R\$ 10.439,52 e à gratificação anual, no mesmo valor da remuneração mensal, paga no mês de dezembro de cada ano. Caso também, componha o Conselho de Administração, deverá optar por uma das remunerações.